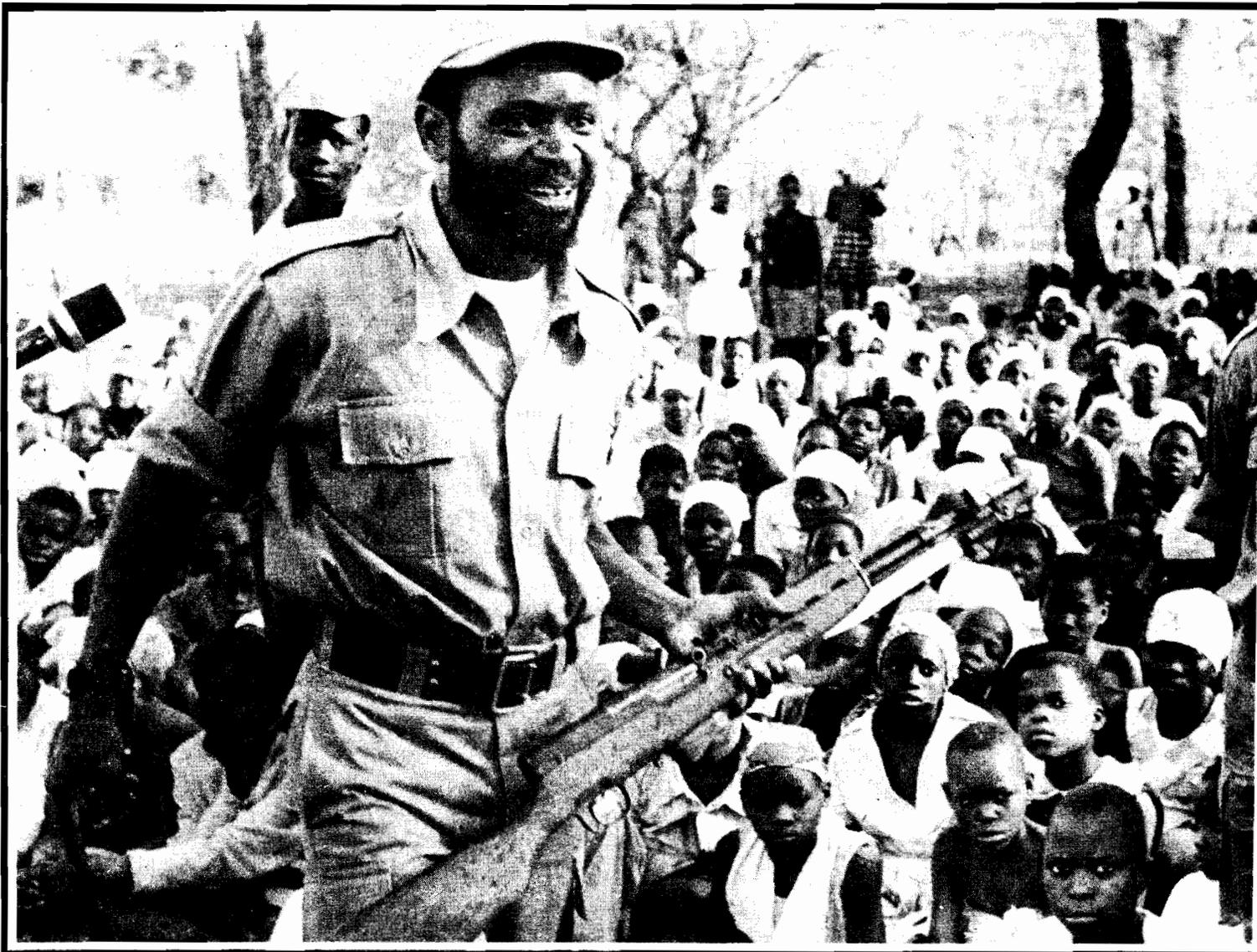


A LUTA DAS CLASSES TRABALHADORAS É PARA DERRUBAR A BURGUESIA



A luta das classes trabalhadoras é portanto para derrubar a burguesia. Derrubar a sua dominação cultural e ideológica, e sobretudo como tarefa principal imediata destruir o aparelho de estado, aparelho da ditadura da burguesia colonial contra as largas massas trabalhadoras do nosso País — afirmou o **Presidente da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel**, em entrevista concedida recentemente a jornalistas dos órgãos centrais dos partidos comunistas da Polónia, Bulgária, Hungria e ao «L'Unità», do P.C. Italiano, na qual procede, exaustivamente, a uma análise de classe ao desenvolvimento do processo revolucionário em Moçambique.

Nessa entrevista, o Presidente Samora historiou as diversas etapas percorridas pela FRELIMO, à frente do processo de transformação da sociedade moçambicana, explicou a necessidade histórica da criação de um partido de vanguarda das classes trabalhadoras moçambicanas para a edificação do socialismo científico no nosso País, debruçou-se sobre a evolução da luta de libertação nacional no Zimbabwe e sobre a Conferência de Genebra e, de uma maneira geral, fez o ponto da nova correlação de forças na África Austral.

É o seguinte o texto integral da referida entrevista, distribuído pela AIM:

P. — Com as agressões contínuas à República Popular de Moçambique, Ian Smith procura internacionalizar o conflito rodésiano. Qual é a atitude da RPM perante essas provocações?

R. — Que tipo de atitude esperaria de Moçambique? Quando há agressão, quando há provocações, quando há tendência de generalizar o conflito, quando há tendência de querer confundir o alvo essencial, qual deve ser a nossa atitude? É manter, confinar. Primeira tarefa: confinar o inimigo. Mas é talvez mais vasto do que isso. A «L'Unité» formou bem a questão que é preocupação de todos aqui. É sobretudo para aqueles povos que são nossos amigos, para todos aqueles que são amigos da Humanidade, todos aqueles que são amigos da liberdade e do progresso. É por isso que nós temos tentado responder desta maneira: o regime rebelde, minoritário, racista e ilegal da Rodésia do Sul iniciou as suas agressões contra a República Popular de Moçambique, ou contra Moçambique antes de ser independente, porque nessa



altura era já aliado incondicional do colonialismo português. Diremos que começaram a banquetear-se juntos desde 1965 na Província do Niassa. É durante o processo da guerra de libertação as forças racistas da Rodésia do Sul participaram activamente nos ataques, nos crimes e nos massacres contra o nosso povo. Mas cada vez que praticavam ataques contra nós, mais vitoriosos saíamos. Cada crime que praticavam mais fortes e mais determinados estávamos. Quanto mais massacres praticavam as forças dos racistas da Rodésia do Sul mais o caminho para a revolução se traçava. Nós dissémos nessa altura que são os massacres, são os crimes que alimentam a nossa determinação. Quer dizer, a nossa determinação alimenta-se de massacres e sofrimentos. É por

isso, que, a partir de 1970, quando as nossas forças procederam à travessia do Zambeze, foi acordado, nessa altura, entre os colonialistas portugueses e os racistas da Rodésia do Sul, que estes actuariam ao sul do Zambeze enquanto aqueles agiriam a norte do Zambeze. E temos documentos comprovativos. Muitos aviões e pilotos foram abatidos. Portanto, os massacres cometidos pelos racistas ainda muito antes da independência de Moçambique, são bem conhecidos pela Imprensa internacional, como por exemplo o massacre de Mocumbura, que teve lugar há precisamente três anos.

Ali dividiram o bolo entre os racistas e os colonialistas fascistas. Portanto, as agressões de Ian Smith tinham por objectivo impedir a independência e a liberdade do nosso povo. Já cheguei ao ponto central. Muitos dizem: por que é que ataca Ian Smith a RPM? E nós respondemos que é porque Ian Smith é inimigo da Independência, é inimigo da liberdade. E, neste caso particular de Moçambique, é inimigo da independência, é inimigo da liberdade, do progresso do nosso país. Apesar disso, o Ian Smith fracassou em todos esses intentos. Portanto, estas agressões subsequentes, que são uma continuação das anteriores, inscrevem-se na perspectiva da recusa da independência nacional de Moçambique. E hoje perguntamos: por que é que nos ataca Ian Smith? Perante os imperialistas, o sr. Ian Smith utiliza o pretexto do chamado «direito de perseguição». Perseguir o quê? E nós diríamos que esse pretenso direito é frequentemente utilizado nas agressões do imperialismo contra os povos. Como podemos ver, é hoje utilizado contra a República Popular de Moçambique e a República Popular de Angola. E vimos também frequentes vezes quando o imperialismo agredia o Camboja, o Laos, quando destruiu e atacava, utilizando todo o tipo de aviões, a então República Democrática do Vietname. Então, o que dissemos para sublinhar este ponto? Na realidade, o imperialismo recusa reconhecer que são os povos que se levantam. Este é que é o ponto central. Que se levantam contra a opressão, exploração, humilhação e contra a miséria. A nossa experiência demonstrou-nos durante os dez anos que nós combatemos que os colonialistas sempre negaram que eram os moçambicanos os que combatiam. Portanto, nós dizemos: combatemos dez anos em Moçambique e os colonialistas sempre negaram que éramos nós que combatíamos. E se hoje vocês forem entrevistar Ian Smith e outros imperialistas, não dirão que são os zimbabwianos que combatem no Zimbabwe. Por isso dizemos hoje: igualmente o povo do Zimbabwe iniciou a sua luta contra os racistas muito antes de Moçambique estar independente. Lembremo-nos que nos anos 50 antes da formação da FRELIMO já os racistas dissolviam o ANC e lutavam contra o povo do Zimbabwe. Durante a Federação das Rodésias e Niassalândia lutavam contra quem nessa altura? Dissolviam muitos movimentos porquê? Parece que esta pergunta é interessante para saber porque é que Ian Smith ataca Moçambique. Diríamos ainda que combates armados foram travados no Zimbabwe a meio dos anos 60, quando as nossas forças ainda não operavam em qualquer província limítrofe do Zimbabwe.

Portanto, Smith está a agir no quadro da estratégia imperialista contra os regimes de democracia popular, em África, no quadro da estratégia imperia-

lista contra os regimes progressistas da África Austral. O que é que diremos? Continuaremos a dizer que a luta é no Zimbabwe. É a luta do povo do Zimbabwe contra o regime racista e minoritário da Rodésia do Sul, é uma luta contra o colonialismo mascarado de rebelião, de um regime rebelde, mas contra o colonialismo. Por isso todos nós dizemos: a luta no Zimbabwe é uma luta de libertação nacional. Não devemos perder a perspectiva deste ponto de vista: que a luta no Zimbabwe é uma luta de libertação nacional. Só há luta de libertação onde há opressão, há luta de libertação onde há dominação, há luta de libertação onde há brutalização, onde há exploração há humilhação. Portanto, a luta do Zimbabwe é uma luta de libertação nacional. Portanto, as agressões de Ian Smith não devem desviar as nossas atenções da questão central que é a luta do povo do Zimbabwe contra o colonialismo no Zimbabwe. As agressões, os crimes contra o nosso povo, o sangue vertido pelo nosso povo, sobretudo, fecundam a nossa determinação de apoio à luta de libertação no Zimbabwe, a nossa determinação de cumprir o dever internacionalista. O nosso apoio à luta do Zimbabwe é um apoio incondicional. A luta do Zimbabwe é a nossa luta. É luta de todos os povos que lutam pela liberdade, é a luta de todos os povos oprimidos, portanto luta de toda a Humanidade:

P. — A República Popular de Moçambique enviou à conferência de Genebra, primeiro o seu Ministro de Estado na Presidência e depois o Ministro dos Negócios Estrangeiros sublinhando dessa forma o seu engajamento nesta fase diplomática da luta do povo do Zimbabwe. Que resultados pensa que podem sair da conferência? Quais são as perspectivas da conferência?

R. — É preciso salientar, em primeiro lugar, que a luta do povo do Zimbabwe é uma luta política. A luta armada é uma luta que serve objectivos políticos. Portanto, eles têm três frentes: luta política, luta diplomática e luta armada. As duas formas principais são hoje a luta armada e a luta diplomática. É assim que nós compreendemos. Portanto, há duas frentes principais hoje. Uma frente no Zimbabwe e uma frente no plano internacional. É por isso que nós dizemos que a luta armada do povo do Zimbabwe combinada com as sanções decretadas pela ONU conduziram à derrota do regime minoritário racista, rebelde e ilegal da Rodésia do Sul e criaram assim as condições favoráveis para a realização de uma conferência com a potência colonizadora com o objectivo de solucionar o conflito — conflito armado neste momento — através da satisfação das exigências fundamentais do povo do Zimbabwe. E nós diríamos: a luta armada atingiu os seus objectivos? Resposta: sim. E diríamos, até este momento foram obtidos alguns resultados? Extremamente positivos. Quais são? Primeiro: a potência colonizadora que é a Grã-Bretanha, aceitou assumir as suas responsabilidades. As discussões de Genebra têm tido lugar com ela, que é a potência colonizadora. É por isso que pusemos a pergunta: Nós vamos falar do regime ilegal ou vamos falar do colonialismo? Em segundo lugar, a Grã-Bretanha reconheceu o direito à independência do povo do Zimbabwe. Os próprios rebeldes reconheceram também esse direito. Terceiro: a Grã-Bretanha, em acordo com

as delegações patrióticas, fixou a data da independência. Esta terá lugar até 1 de Março de 1978, podendo no entanto, satisfeitos os processos constitucionais, ter lugar em 1 de Dezembro de 1977. Certamente que o Governo de Transição realizará a tarefa para que a independência se materialize em 1 de Dezembro. Os processos constitucionais serão realizados pelo Governo de Transição. A Organização do povo será feita pelos nacionalistas. É o Governo de Transição. Portanto, não é o colonialismo que vai organizar o povo para assumir as suas responsabilidades. O colonialismo nunca organizou povo nenhum para assumir responsabilidades, mas sim para assumir irresponsabilidades. Por isso nós estamos certos de que a Grã-Bretanha vai colaborar efectivamente para que isto se materialize dentro das aspirações, os desejos e interesses do povo zimbabwe. Não agirá contra eles. Porque os desejos do povo zimbabwe são os desejos da Humanidade inteira. Onze anos da existência desse regime minoritário rebelde e ilegal. Por isso nós dizemos: há pontos positivos na conferência de Genebra. O primeiro ponto é o facto de a Inglaterra ter assumido as suas responsabilidades de potência colonizadora. Em segundo lugar, a potência colonizadora ter aceite o princípio da independência, e foi isto que conduziu a que a independência do Zimbabwe seja agora irreversível. É uma vitória que foi alcançada na conferência. Quer dizer, atingiu o direito mais fundamental do Homem, que é o direito à independência. Em terceiro lugar, o facto de ter fixado a data da independência. Agora trata-se pura e simplesmente de como accionar os mecanismos. Quais mecanismos? Primeiro pensamos a transferência de poderes efectivos e reais para o Governo de Transição. Governo de maioria que tomará posse após a conclusão da conferência. É necessário que a conferência transfira efectivamente os poderes e não constitua uma tentativa de legalização do regime ilegal, nem uma tentativa para que este ganhe tempo e se organize para prosseguir a sua dominação do povo do Zimbabwe. Este é o primeiro aspecto. São as primeiras questões a serem resolvidas. O segundo, é o antagonismo armado. Trata-se do estabelecimento do cessar-fogo que deverá nomeadamente prever o desmantelamento das forças mercenárias e criminosas e a desmobilização das forças rebeldes. Trata-se de definir o estatuto das forças criminosas que são utilizadas por Ian Smith. Quem são? E a partir daí então desmantelar as forças. São da potência colonizadora ou são dos rebeldes? Se são dos rebeldes, nós estamos neste momento para destruir o Governo rebelde, e portanto fazer desaparecer todos os seus aparelhos. Pensamos que a Inglaterra tomará isto em consideração.

P — A RPM, tem vindo a prestar uma ajuda internacionalista ao povo do zimbabwe e à sua luta, com as pesadas consequências directas que vemos. Mas a imagem que as forças patrióticas oferecem delas próprias é mais complexa e diversificada. Como pensa auxiliar a unidade política do povo zimbabwe?

R — Esta é a característica de todos os movimentos de libertação. É a característica fundamental de todas as frentes. O único unificador dessas tendências diferentes é a luta armada. Penso que na Hungria, na Bulgária, na Polónia, no Vietname, na

Itália contra o fascismo, todas as tendências se uniram contra o inimigo comum. Por isso a divisão no seio dos movimentos não deve ser a nossa preocupação fundamental. É precisamente o resultado do colonialismo. Qual era a tarefa do colonialismo? Dividir para reinar. Por isso a questão da unidade das forças patrióticas é uma questão interna. Achamos que a formação da Frente Patriótica entre a ZAPU e a ZANU constitui um passo importante na solução do problema. Assim como a constituição do ZIPA como exército nacional, exército em que combatem lado a lado elementos de todo o país, de diferentes etnias, diferentes concepções religiosas e políticas. Para nós constitui uma base importante e decisiva para a unidade das forças patrióticas. O facto de existirem divergências entre os patriotas não constitui obstáculo para a Independência Nacional. Perguntaríamos; quem é que combate no zimbabwe? Quem é que se sacrifica no zimbabwe? O único obstáculo que se coloca à Independência é o regime racista e o colonialismo. Não é por causa das diferenças entre os patriotas. Foram capazes de se unir contra o inimigo comum, foram capazes de pegar em armas, todos eles querem a Independência.

POLÍTICA INTERNA

P — Disse numa entrevista concedida em Abril passado que quando fosse conseguida uma vanguarda dos militantes temperados no novo combate, a FRELIMO transformaria-se num partido. Essa transformação não surgiria do facto de isso ser anunciado oficialmente. Em Fevereiro próximo realiza-se o III Congresso da FRELIMO também para efectuar a transformação da frente em Partido. O que levou a mudar de posição, se é que se trata de uma mudança de posição? Pode-nos dizer de que forma terá lugar essa transformação, e enumerar-nos os objectivos fundamentais do Congresso?

R — Somos muito sistemáticos em respeitar as etapas, os momentos. Dizemos sempre e hoje também que a transformação da FRELIMO de frente em partido não é o termo mais apropriado para qualificar o nosso processo. Trata-se sim de criar, repetimos sublinhando criar o partido. Aparentemente pode parecer uma transformação, mas não é. É criar. Dizemos isto porque desde 1970 que estamos empenhados nesta actividade de formação de vanguarda organizada das classes trabalhadoras guiadas pela ideologia científica do proletariado. Neste processo, em 1973 começámos a criar os primeiros comités do partido e em Janeiro de 1974 pusémos a funcionar a escola do partido para produzir quadros. Quadros que assegurariam o processo revolucionário. Por isso dizemos que não se trata de transformação, trata-se de criar. Quem observar o processo da formação da FRELIMO desde 1962 até 1972 quando completa dez anos, quais as transformações profundas que detecta dentro da FRELIMO? Para compreender o processo é questão de analisar as causas das crises dentro da FRELIMO. São crises por causa das divergências ideológicas. A nossa luta foi sempre para criar o homem novo, a mentalidade nova. É sempre dissémos, queremos criar uma sociedade nova. Se começássemos desde hoje a dizer que queremos criar uma sociedade nova então poderíamos dizer: estão a mudar a vossa política. O nosso III Congresso, depois de analisar a nossa situação desde o fim do II Congresso determinará as tarefas do partido das classes trabalhadoras moçambicanas

na edificação da base material e ideológica da sociedade socialista, isto é, por outras palavras, determinará as nossas tarefas na fase da democracia popular. Para dirigir a tarefa gigantesca da construção do socialismo necessitamos do partido de vanguarda das classes trabalhadoras animado pela ideologia científica do proletariado. Simultaneamente, e utilizando as organizações democráticas de massas temos que alargar continuamente a larga frente popular, mas uma larga frente popular anti-imperialista.

P — Após a derrota do colonial-fascismo português, quais são as classes em conflito no seio da sociedade moçambicana?

R — Em 1964 e 1965 havia uma grande discussão à volta do tema de que não havia classes em Moçambique. E hoje, quando dizemos que estamos numa fase de luta de classes, muitos perguntam: onde estão as classes em Moçambique? Por que é que há de dizer que há luta de classes em Moçambique? Sem uma análise de classes não há luta. Sem se fazer uma análise correcta da sociedade. É assim que nós estamos a encarar o nosso processo na RPM. Dizemos que as classes exploradoras em Moçambique apresentam-se sobre duas formas. A primeira forma: vestígios de classes feudais, com pouca força económica e política, sobretudo após a abolição do regulado, mas ainda com uma força ideológica e cultural importante nas zonas rurais. Todos os povos passaram por isto etc. pa. Esquecer isto é esquecer tudo, é esquecer a nossa origem. Em segundo lugar, a burguesia que se manifesta sob duas faces: burguesia colonial em vias de extinção, devido ao abandono do País pelos seus representantes; burguesia interna, muito fraca do ponto de vista económico, mas com uma forte presença no aparelho de estado e nas empresas, beneficiando da dominação cultural e ideológica imposta pela burguesia colonial. Assimilaram bastante os valores estrangeiros. Trata-se de abalar o esquema. É uma burguesia que não tem os pés sobre a terra.

Vive fora, no espaço. Trata-se de colocar os pés desta burguesia interna no terreno moçambicano. A sua presença no aparelho de estado e nas empresas, a dominação cultural e ideológica, e a sua aliança com o imperialismo de que é representante interna, tornam esta classe muito perigosa. A luta das classes trabalhadoras é portanto para derrubar a burguesia. Derrubar a sua dominação cultural e ideológica, e sobretudo como tarefa principal imediata destruir o aparelho de estado, aparelho da ditadura da burguesia colonial contra as largas massas trabalhadoras do nosso País.

Nesse sentido a Oitava Sessão do Comité Central e mais recentemente o Seminário da Função Pública traçaram as linhas concretas de acção. Trata-se de modificar completamente as concepções existentes o que implicará: primeiro recrutar a Função Pública em especial no seio da classe operária e camponesa; segundo, preparar os trabalhadores da Função Pública na mentalidade de servir as classes trabalhadoras; terceiro, colectivizar a todos os níveis os métodos de direcção; quarto, democratizar a todos os níveis as estruturas subordinados aos órgãos executivos, às Assembleias eleitas democraticamente pelas classes trabalhadoras; quinto, introduzir a nossa legislação revolucionária e abolir em consequência a legislação colonial-burguesa que servia os interesses do capitalismo. E aqui poderíamos ligar a nossa experiência das



zonas libertadas e é isso que preocupa a muitos dos nossos amigos. Por que é que falamos tanto das zonas libertadas? É que nós somos o produto das zonas libertadas. Criámos as zonas libertadas e as zonas libertadas produziram-nos. Portanto quando nós falamos de valorizar as experiências das zonas libertadas é porque precisamente nestas zonas já tínhamos instalado o novo embrião do aparelho de estado que serviria de apoio, com as normas que mencionámos. Um aspecto importante é o da organização das empresas. Neste momento no nosso País tem lugar um amplo debate de massas sobre o conteúdo da lei de terras. E igualmente se debaterá muito em breve no quadro dos preparativos do III Congresso o conteúdo das leis que deverão reger as empresas estatais, as empresas de economia mista e as empresas privadas. Importará assegurar que a classe operária exerça efectivamente o poder não só no aparelho de estado, mas também na organização da vida da empresa estatal, e que participe activamente na organização e controlo das outras empresas. Falta de quadros temperados, de quadro forjados. A luta foi uma forja para nós. A luta armada, a nossa forja hoje é a luta de classes. Portanto a luta armada preparou condições. Por isso, nós quando falamos dos quadros, falamos das Forças Populares de Libertação de Moçambique. As FPLM têm uma tradição democrática e revolucionária, forjada no processo da guerra popular de libertação Nacional e da luta contra os novos exploradores nas zo-

nas libertadas. Neste caso nós falaríamos do que eram as zonas libertadas e como é que apareceram os novos exploradores, da luta que travámos para impedirmos que tomássem o poder. E muitos não compreenderam este processo, mesmo nossos amigos. Como é que é possível desencadear este processo, fazer a luta armada e ao mesmo tempo a luta de classes, contra os novos exploradores.

Por que tratava-se simplesmente, da luta de libertação nacional. Agora o nosso processo foi ao longo da luta que se transformou de libertação nacional em processo revolucionário. E se nós não tivéssemos desencadeado esse processo hoje não existíamos. Por isso dizemos, o aspecto principal da transformação das FPLM é ao nível da sua organização e equipamento. Da transformação do exército guerrilheiro em exército regular. Elas constituem um instrumento do partido e das classes trabalhadoras, da soberania nacional na consolidação e ampliação das conquistas democráticas e revolucionárias das massas populares, donde deriva a palavra de ordem que nos guia desde a 4.ª Conferência: vencer a batalha de classe.

P — Para realizar o seu desenvolvimento industrial e a reconversão da economia a RPM tem necessidade de estabelecer relações com o mundo industrializado. Tem também necessidade de uma participação estrangeira nesse desenvolvimento, mas a assim chamada «ajuda» estrangeira determinou muitas vezes



a dominação estrangeira. Como pensa então defender a vossa independência económica e política?

R — Nós pensamos que, para o nosso desenvolvimento, já definimos uma estratégia de contar primeiramente com as nossas próprias forças. A nossa linha de desenvolvimento toma a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e decisivo sendo a edificação da indústria pesada o aspecto principal desta acção. Agora muitos dizem: vocês não têm operários especializados, como é que vocês vão dirigir a indústria pesada? Devemos começar por especializar para ir à indústria? Deve-se criar o professor para criar a escola, ou deve-se criar a escola para criar o professor? O que é que apareceu em primeiro lugar: foi o homem ou foi a indústria? Depois, a especialidade donde vem? Ao tomarmos a agricultura como base partimos da realidade concreta do nosso País. O nosso País é essencialmente agrícola. A nossa classe camponesa domina relativamente as técnicas de agricultura, os investimentos requeridos são mínimos e os seus resultados quase imediatos em termos de liquidação da fome, da nudez, assim como no fornecimento das divisas necessárias para o equipamento industrial. É isto que nos orienta de maneira fundamental para definirmos a agricultura como base para o nosso desenvolvimento. Contamos no plano exterior, primeiramente, com o apoio dos nossos aliados naturais os países

socialistas, e pensamos que esse apoio consolidará a tendência de rompermos com o esquema de dominação imperialista e de subdesenvolvimento. Pensamos que possuindo nós o poder político e social, e estando assentes na nossa base agrícola, beneficiando do apoio do campo socialista é-nos possível termos relações económicas e de cooperação com os países capitalistas, sem que isso ponha em causa a nossa ruptura com os esquemas de dominação. Pensamos que é possível cooperar com eles em tudo, excepto numa coisa: questão ideológica. Não há cooperação aí. Todos os países socialistas têm diferentes apoios económicos nos países capitalistas e esses não têm sido prejudiciais à edificação socialista porque precisamente as classes trabalhadoras estão no poder e essas não têm como estratégia de desenvolvimento contar com o apoio imperialista. Este é que é o nosso ponto central.

P — Na história da descolonização em África a FRELIMO com os movimentos das outras colónias portuguesas representou e representa ainda hoje um facto novo e importante. Edificou pela primeira vez os objectivos da Independência e da Revolução socialista. E utiliza o adjectivo «científico» em vez do adjectivo «africano» à frente da palavra socialista...

R — Aí diria de novo: recusamos o socialismo africano porque senão teria que haver um socialismo europeu, um socialismo asiático e um socialismo americano. Então quanto socialismos é que tínhamos? Não fizémos descoberta nenhuma.

P — Mas antes da FRELIMO, em África, falava-se do socialismo africano...

R — E avançaram? O socialismo em si e uma ciência. Resulta de quê? Resulta do trabalho árduo e de elaboração feita pelos trabalhadores. É aí onde está o ponto de rotura, onde está a coluna vertebral da existência da luta no mundo, que é a luta de classes. Se nós queremos travar um combate sério, se queremos desenvolver o nosso País de uma maneira equilibrada, orientada, organizada, só a ciência. E a ciência está nas mãos dos trabalhadores. São os trabalhadores que produzem a ciência, não é a ciência que produz os trabalhadores. É muito simples a nossa estratégia de luta: definir correctamente o nosso inimigo, definir correctamente os nossos objectivos. É por isso que nós dizemos socialismo científico, análise.

P — Vocês não são os primeiros no mundo, mas são os primeiros na África a optar pela via do socialismo científico. Isso vai modificar a situação em África?

R — Não vai, já está a modificar. Só com a nossa vitória há hoje uma nova correlação de forças. Falava-se do Zimbabwé há dois ou três anos atrás? Falava-se do sudoeste asiático, falava-se do Médio-Oriente, agora fala-se da África Austral. O que é que se modificou? A atenção do mundo hoje está na África Austral. Porquê? Somos nós os transformadores. Utilizar correctamente a natureza. É isso que nós fazemos. Não inventamos nada. Simplesmente, perante condições concretas, encontrámos soluções concretas.